

URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-CASO PINHEIRINHO

Luiz Gustavo Forlin¹, Prof.^a Sandra Maria Fonseca da Costa²

¹Univap/Núcleo de Planejamento Urbano e Regional/ IP&D, Avenida Shishima Hifume, 2911- Urbanova/ SJCampos/SP, e-mail: gustavoforlin@hotmail.com

²Univap/Núcleo de Planejamento Urbano e Regional/ IP&D, Avenida Shishima Hifume, 2911- Urbanova/ SJCampos/SP, e-mail: sandra@univap.br

Resumo- A cidade de São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo, tem apresentado um intenso crescimento periférico, o qual tem se dado em duas direções: através da proliferação de loteamentos clandestinos e através do aumento no número de loteamentos voltados para a classe média/alta. Neste contexto, este crescimento urbano relativamente rápido, sob a égide do capital e de sua ramificação técnico-industrial, produz inúmeros movimentos de segregação sócio-espacial que margeia toda uma camada populacional de baixa renda e, comparativamente, também estabelecem inúmeras zonas de alto padrão. Elucidar estes processos, partindo do princípio de que a gênese destes espaços segregados está no próprio movimento de expansão capitalista, dentro do chamado grupo de países “periféricos”, tomando como exemplo mais premente a ocupação da área conhecida como “Pinheirinho”, localizada na região sul da cidade, configura a meta final desta pesquisa.

Palavras-chave: Segregação sócio-espacial, crescimento urbano, capitalismo, geotecnologias

Área do Conhecimento: Geografia

Introdução

Os setores sociais na cidade e no processo de urbanização brasileira, historicamente, sempre foram deixados à margem em detrimento da concentração de capitais investidos nos chamados “setores produtivos”. Podemos estabelecer como ponto chave desta postura (dentro da história recente do país) o governo Juscelino Kubitschek que, em 1955, expressa a frase símbolo de seu governo e que confirma esta conceituação: “vamos prosperar cinquenta anos em cinco”. A partir daí, toda uma concentração de capitais nos setores de infraestrutura regional, como estradas, hidrelétricas, aeroportos, sistemas de comunicação, e também nos setores produtivos das indústrias de base, como as siderúrgicas e os pólos petroquímicos começam a receber aporte de recursos nunca antes visto no país. Era a busca pela rápida industrialização.

Os setores sociais e das cidades ficam à margem neste processo. “Isso porque cabe às cidades, e especialmente aos poderes municipais, receber o impacto primeiro dos problemas sociais de nosso país, que é já, e cada vez mais, essencialmente urbano (...)” (CAMPOS FILHO, 1992, p.46). Santos (1994) salienta ainda que, dentro deste processo, com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras são condicionadas a uma série de problemáticas, como os problemas de emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação, da saúde.

Paralelamente a este quadro (e em decorrência dele), temos o problema da segregação sócio-espacial, característica marcante das grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos, num processo no qual se verifica que diferentes camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da

metrópole. Temos, assim, uma situação quase “impositiva”, na qual uma alta densidade populacional irá se estabelecer em áreas longínquas dos chamados centros ou em locais onde a condição natural se mostra extremamente desfavorável (morros e encostas íngremes) levando a estruturação de uma gama de favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, desprovidos de bens e serviços coletivos de autoria do poder público (que prioriza seus investimentos de infra-estrutura para áreas onde residem segmentos populacionais de maior poder aquisitivo). É o ônus de áreas consideradas menos valorizadas pelo mercado imobiliário regular.

Considerando o que foi arrolado, o objetivo deste trabalho é estudar o processo de segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos dentro do recente processo de urbanização-industrialização (como reflexo direto do “novo” nexo capitalista do Brasil), tomando como exemplo mais elucidativo a ocupação do “Pinheirinho”, localizado na região sul da cidade, estabelecendo o processo de ocupação da área, causas e atores envolvidos, avaliando o perfil da população residente no local e as razões que levaram à ocupação, amparando a situação fundiária local, de embate entre poder público, que defende um dos valores mais icônicos ao capitalismo, a propriedade privada, e os movimentos de defesa da ocupação, que pressiona à regularização da área.

Materiais e Métodos

Para a concretização da pesquisa, estão sendo utilizados os seguintes materiais e métodos:

-Levantamento bibliográfico: que acompanha todo o desenvolvimento da pesquisa

-Processo de mapeamento: aqui, por meio do software SPRING, sistema de informação geográfica desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) e, utilizando fotografias aéreas digitais recentes (do ano de 2005), obtidas pela PMSJC, foram digitalizados e mapeados toda a área do “Pinheirinho”, assim como outros elementos urbanos, para fazer uma análise geral da segregação sócio-espacial na cidade, analisadas, concomitantemente, sob o julgo do crescente crescimento urbano do município.

-Levantamento Legislativo: aqui, a questão dos direitos, da dicotomia entre legalidade e ilegalidade do uso da terra.

-Levantamento de dados junto aos órgãos públicos e aos movimentos de defesa da ocupação Pinheirinho: o levantamento busca nestes órgãos públicos esclarecer como anda os tramites referentes ao Pinheirinho, em como o aparato institucional lida com esta população segregada, bem como os advogados da ocupação vêm lutando/ recorrendo contra inúmeros processos de reintegração de posse e ou de demolição das moradias do local.

-Elaboração de questionários e entrevistas no Pinheirinho: questionários estão sendo efetuados a fim de conhecer a realidade de um assentamento, de uma camada populacional segregada, do Pinheirinho (onde residem mais de 7000 moradores), buscando estruturar nas respostas do questionário à realidade sócio-político dos moradores; as “peregrinações” possíveis que estes já sofreram; a falta de infraestrutura local; o processo de construção das moradias; a relação com os serviços públicos (se há ou não); o poder aquisitivo da população; o perfil do trabalhador, se este desenvolve atividades informais ou não; etc.

-Sistematização e articulação da análise de dados: etapa realizada concomitante à pesquisa

um espaço urbano extremamente caótico e desordenado, com uma rede urbana articulada e hierarquizada, refratada num estado de “coisas” moldadas em âmbito global, num nível macro, com reflexos díspares numa escala menor, num movimento perpetuador de “desigualdades combinadas”. Desigualdades descortinadas e reveladas por meio da segregação, segregação sócio-espacial.

O movimento de segregação, dentro da ótica urbana, atua sob diversas instâncias, sob diversos “equipamentos” sociais. Lojkine (1998) estipula três tipos de segregação social e espacial: uma primeira segregação ocorreria no nível habitacional, no qual uma “lógica operária” se estabeleceria a um determinado ponto, opondo-se ao “emburguesamento” de um centro urbano renovado ou de áreas residenciais “para executivos”, por exemplo. Uma segunda segregação ocorreria no nível dos equipamentos coletivos, representados por escolas, creches, equipamentos esportivos, programas sociais enfim, todo um aparato de garantias (muitas de responsabilidade do Estado) a uma vida minimamente plena ao cidadão, lógica que confirmaria “(...) o subequipamento dos conjuntos “operários” opondo-se ao “superequipamento” dos conjuntos “burgueses” (LOJKINE, 1998, p.244). Já a terceira segregação ocorreria no nível do transporte domicílio-trabalho, que produziria disparates abissais no quesito transporte (público ou privado), reafirmando “(...) que a crise dos transportes coletivos para o operariado contrastaria com os privilégios “burgueses” do uso do automóvel” (LOJKINE, 1998, p.245), lembrando que, atrelado a estes problemas, encontra-se o cenário caótico-urbano de países subdesenvolvidos como o Brasil. Nesses, a face quantitativa dos automóveis, somadas às parcas (ou precárias) vias comunicacionais e ao defasado e omissos sistema público de transporte fazem emergir o quão “morar longe” eleva o aspecto transtorno na vida de um trabalhador segregado espacialmente, bem como o próprio “não” transporte público destinado à espaços muitas vezes considerados também “não lugares” (por não existirem, na ótica do “olhar” que o poder público afere a estes espaços).

Um enfoque extremamente importante a ser abordado para explicar estes movimentos segregacionais refere-se ao papel desempenhado pela especulação imobiliária (e sua relação com o Estado). A especulação imobiliária reserva as melhores áreas, formando extensos vazios nos arredores da cidade, impondo um aspecto de desorganização e de descontinuidade. Mesmo os conjuntos habitacionais populares situam-se, quase sempre, além desses vazios. Há especulação imobiliária “(...) tanto com a terra rural nas vizinhanças das cidades na expectativa que se tornem urbanas como a especulação imobiliária com as terras urbanas no interior das cidades, que se apresenta com grande intensidade nos países de capitalismo periférico” (CAMPOS FILHO, 1992, p.46). A especulação imobiliária consistiria numa forma pela

Urbanização e Segregação Sócio - Espacial

A relação industrialização-urbanização adquire papel de grandiloquência nesta nova etapa da estrutura capitalista. Campos Filho (1992) ressalta os processos completamente distintos em que esta relação (industrialização-urbanização) adquire dependendo do lugar de sua aplicabilidade, afirmando que, nos países desenvolvidos, a população está, via de regra, integrada com a economia de mercado; ali, as mudanças (estruturais, que permearam novos modos de produção, trabalho, serviços...) ocorrem na medida que as inovações tecnológicas “amadurecem”. Já nos países subdesenvolvidos (ou “em desenvolvimento” como querem acerrar...), como no caso brasileiro, ramos inteiros de produção são implantados, numa tecnologia “pronta”, de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos, oferecendo pontes mais estreitas ao escamoteamento da realidade, com a formatação de

qual os proprietários da terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos. O Estado “divide” o controle de setores estratégico da economia em diversas “mãos”, escolhe os beneficiados de sua política, retirando a confiança do poupador no investimento produtivo, fazendo com que o ganho econômico “(...) seja não o resultado do trabalho e risco do investidor, mas o de escolha privilegiada governamental, onde os riscos foram eliminados ou limitados a alguns casos de flagrante má gerência e incúria dos negócios (...)” (CAMPOS FILHO, 1992,p.48).

Em consonância com o que foi discutido até aqui, enquadra-se a cidade de São José dos Campos. Localizada no Estado de São Paulo, é a cidade mais importante da região do Vale do Paraíba, considerando o processo de industrialização que começou a comandar o crescimento do município depois da década de 50, produzindo um crescimento sem um controle rigoroso do governo local. Este processo acelerou-se depois da década de 50, com a inauguração da rodovia Presidente Dutra, a operação CTA (Centro Técnico Aeroespacial), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), da implantação de indústrias armamentistas, como a AVIBRÁS e a ENGESA e o próprio ramo aeronáutico que se vê fortalecido com a EMBRAER. Proliferam-se também todo o nicho de empresas terceirizadas que prestam serviços a todas estas indústrias, embasando inúmeras ramificações - técnica-industrial - pela cidade.

A partir desse momento, houve uma reestruturação da área urbana, com a cidade sendo um exemplo típico da expansão capitalista num país subdesenvolvido, com a urbanização alcançando uma amplitude quase impossível de ser medida com exatidão e com amplos disparates sociais (com movimento de segregação sócio-habitacional como reflexo). Este crescimento gerou um aumento das unidades habitacionais, para suprir a necessidade de moradia dos trabalhadores das indústrias e destes novos centros tecnológicos. Imóveis e localidades específicas foram se tornando alvos de domínio do capital e áreas centrais e suas proximidades foram valorizando-se e afastando a população de baixa renda que, via de regra, agora teria de estabelecer-se e formar os inúmeros loteamentos e bairros clandestinos que hoje permeiam a cidade (somados ainda aos cortiços, favelas...), sem que o olhar “público” se volte às necessidades destes segregados (na verdade, o poder público esforça-se à “maquiar” o processo).

Um exemplo de clara evidência deste processo na cidade refere-se à ocupação do Pinheirinho, como ficou conhecido o local e, que atualmente, é o objeto que vêm sistematizando a presente pesquisa.

Resultados Preliminares

A ocupação urbana do Pinheirinho, localizado na região Sul de São José dos Campos e próximo ao bairro popular conhecido como Campo

dos Alemães, teve início em fevereiro de 2004, quando trabalhadores sem-teto ocuparam um terreno de 1,4 milhões de metros quadrados (57 alqueires), de propriedade do megaespeculador Naji Nahas. Atualmente, moram no Pinheirinho mais de 7 mil pessoas, o correspondente a 1,4 mil famílias. Cerca de 2,6 mil sem-tetos são crianças de 0 a 10 anos. A Justiça já tentou por mais de dez vezes desocupar a área. Mandados de reintegração de posse foram efetivados pela prefeitura, sendo derrotados pelas diversas iniciativas políticas e jurídicas, tanto dos moradores da ocupação quanto dos sindicatos da cidade, em especial do Sindicato dos Metalúrgicos. A atitude da prefeitura, desde a ocupação do Pinheirinho, tem sido de desmerecer e atacar o movimento dos sem-teto, chegando a oferecer passagens de volta para o local de origem para aqueles que não são de São José dos Campos. Outra ação da prefeitura, aprovada em 2004, foi uma lei municipal, que retirou os benefícios sociais - como leite e cestas básicas - das famílias carentes que estão no acampamento (a lei exclui dos programas sociais do município os invasores de áreas públicas ou privadas). De autoria do então presidente da Câmara dos Vereadores, ficou conhecida como “lei da fome”. Além disso, a prefeitura vem negando qualquer tipo de ajuda, como, por exemplo, a proibição da atuação da Defesa civil em casos de queda de barracos em época de chuvas. Os sem-teto exigem que a prefeitura desaproprie o terreno. A intenção do movimento, é que a legitimação de um bairro seja feita, com uma infra-estrutura adequada aos moradores (hoje, não há qualquer tipo de pavimento público no local).

Enfim, o Pinheirinho embasa de forma elucidativa todos os processos discutidos neste projeto, desde o reflexo do desenvolvimento do capital (que transforma uma cidade de perfil “interiorano” em um pólo técnico-industrial), da propriedade privada da terra, da terra vista como “mercadoria”, da especulação imobiliária, do conseqüente movimento segregacional, do pouco (ou nenhum) aporte de recursos a estas áreas (que podem ser consideradas áreas dos “não lugares”), do poder público, que escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, os lugares onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo.

A primeira etapa da pesquisa, relacionar o crescimento urbano da cidade com a espacialização da segregação por meio do mapeamento da mancha urbana da cidade (utilizando o sistema de informação geográfica Spring) foi estruturada, como exemplifica a figura 1,2 e 3, bem como a sistematização da lógica do capital na cidade, as próximas etapas consistem em estabelecer uma comparação entre estas zonas segregadas e as áreas de alto padrão, estruturar um organograma jurídico (dos embates de regularização fundiária e ou de demolição das moradias, entre o poder público municipal e os advogados dos sem-teto) e a atual questão fundiária

do local; e o perfilamento do morador do Pinheirinho, do segregado espacial.

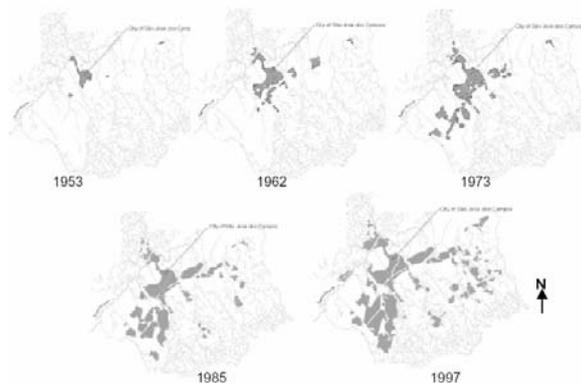


Figura 1: Representação gráfica do crescimento de 1953 e 1997. Fonte: Costa (2001)

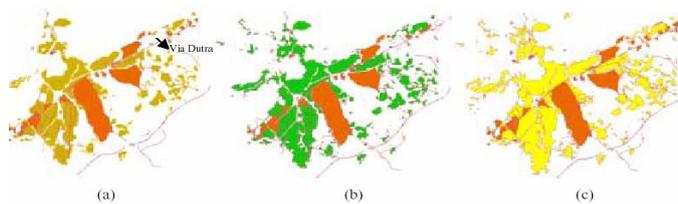


Figura 2: Crescimento da mancha urbana de 1997-2005



Figura 3: Ocupação 'Pinheirinho'

Conclusão

Relacionar toda a problemática envolvendo e segregação urbana e todas as ramificações que ela engendra têm se mostrado extremamente gratificante, vide o melhor amparo para as questões sociais que a discussão evoca, amparo que deveria perpassar o rol de pesquisas nas áreas de ciências sociais, tamanha as injustiças que acometem o nosso país.

Vale lembrar, como pode ser visto, que o trabalho ainda não foi concluído e que muitos resultados ainda eclodirão mas, que apesar disto, esta pesquisa já têm como finalidade contribuir, mesmo que minimamente, para uma melhor equação destes problemas no que tange ao planejamento urbano, às reformas urbanas e ao estabelecimento de melhores políticas públicas na cidade de São José dos Campos.

Referências

CAMPOS FILHO, Candido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

VILLAÇA, Flávio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP:Lincoln Institute, 2001.

COSTA, Sandra M.F. Detecção e Avaliação das Mudanças na Estrutura Intra-Urbana da Cidade de São José dos Campos, SP, Utilizando Dados e Técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento – Uma Análise Multitemporal. Relatório de Pesquisa. São Paulo: FAPESP, 2001.

Agradecimentos: Os autores agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento da pesquisa que originou este artigo.